



ECO DE RESISTÊNCIA E NEGRIITUDE

**Ascensão de Agnano Moura Monteiro
Lopes no Judiciário Paraense**



SERVIÇO DE MUSEU
E DOCUMENTAÇÃO
HISTÓRICA
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. José Elias — Soubemos ter sido nomeado Juiz substituto do município de Bayão, no Pará o nosso digno coestadano dr. José Elias Monteiro Lopes.

O joven magistrado já assumio o exercicio do cargo para que foi nomeado.

A família Monteiro Lopes no Pará tem suas origens no final do século XIX com a chegada de José Elias Monteiro Lopes, um homem negro de Recife que se destacou na magistratura paraense. Atuando como juiz em várias regiões do estado, especialmente no Baixo Tocantins, e sendo responsável pela instalação da comarca de Marabá, José Elias também teve um papel relevante como Pretor em Macapá, fortalecendo as instituições locais. Em 1907, casou-se com Júlia Maria de Moura, de uma família importante na sociedade da época, com quem teve seis filhos: Agnano, Maria de Lourdes, Beatriz, Tomás, Maria Thofanys e José Elias Filho, que continuaram a honrar o legado de seu pai em diversas áreas.

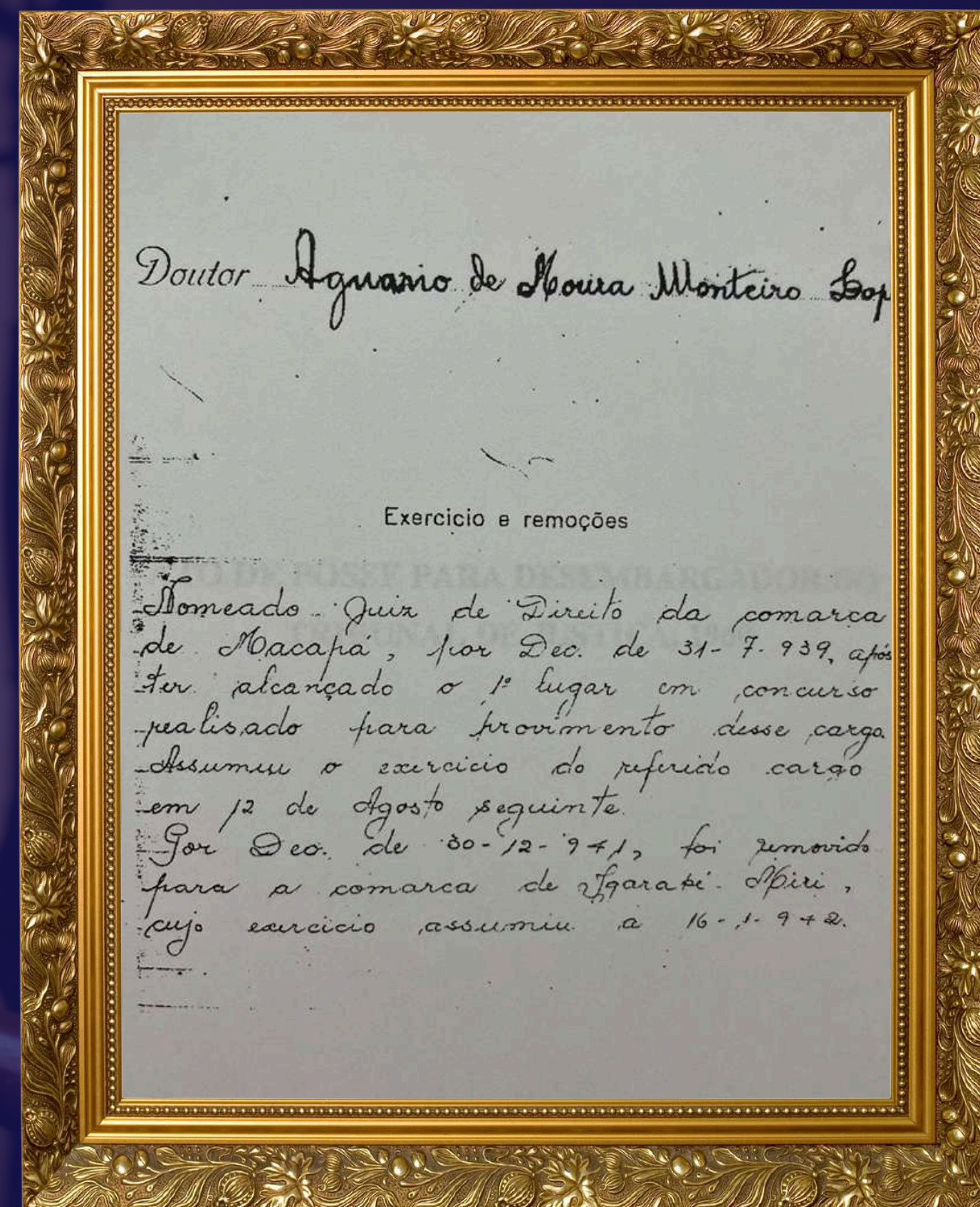


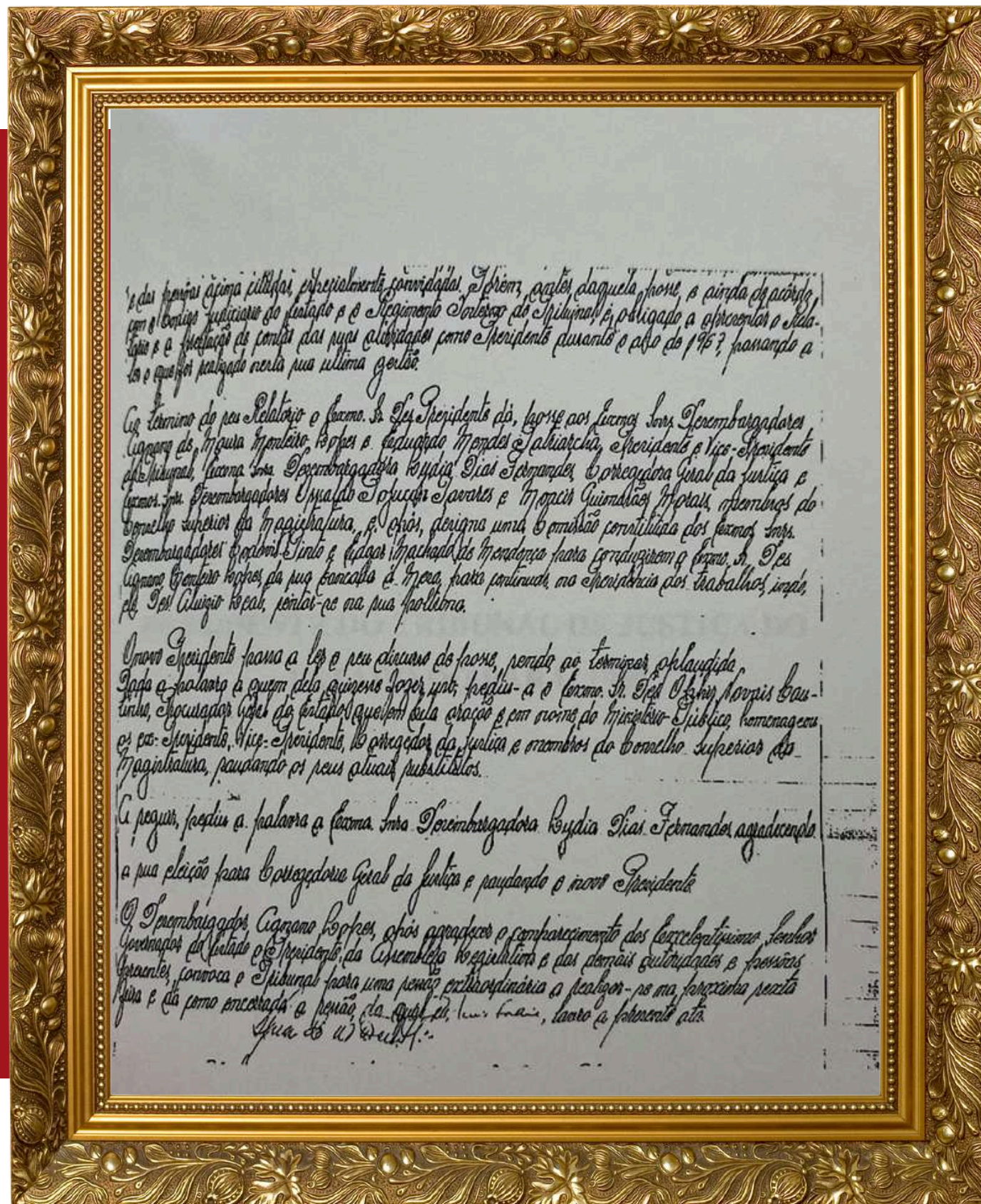
Agnano de Moura Monteiro Lopes nasceu em Belém, Pará, em 17 de novembro de 1910, e passou sua infância na cidade, onde iniciou sua formação educacional, concluindo os estudos primários, secundário e superior.

Aos 11 anos, enfrentou a perda de seu pai e, para ajudar sua mãe a cuidar da família, passou a confeccionar tapetes e trabalhou como jornaleiro. Entre 1929 e 1931, atuou como revisor no Diário Oficial do Estado. Aos 20 anos, em 1931, concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Pará.

Agnano Monteiro Lopes iniciou sua carreira no Judiciário em 1931, assumindo o cargo de Juiz Substituto na Comarca de Faro. No ano seguinte, foi nomeado Promotor Público em Muaná, na Ilha do Marajó, e, em 1933, transferiu-se para Marabá para continuar suas funções.

Interessantemente, Marabá havia sido recentemente elevado à comarca por seu pai, o Juiz José Elias Monteiro Lopes, em 1914. Agnano também atuou como Promotor em Igarapé-Miri em 1935, retornando a Marabá em 1937, antes de ser nomeado Juiz de Direito na Comarca de Macapá após ser aprovado em concurso público em 1939.





Agnano Monteiro Lopes iniciou sua carreira no Judiciário em 1931, assumindo o cargo de Juiz Substituto na Comarca de Faro. No ano seguinte, foi nomeado Promotor Público em Muaná, na Ilha do Marajó, e, em 1933, transferiu-se para Marabá para continuar suas funções. Interessantemente, Marabá havia sido recentemente elevado à comarca por seu pai, o Juiz José Elias Monteiro Lopes, em 1914. Agnano também atuou como Promotor em Igarapé-Miri em 1935, retornando a Marabá em 1937, antes de ser nomeado Juiz de Direito na Comarca de Macapá após ser aprovado em concurso público em 1939.



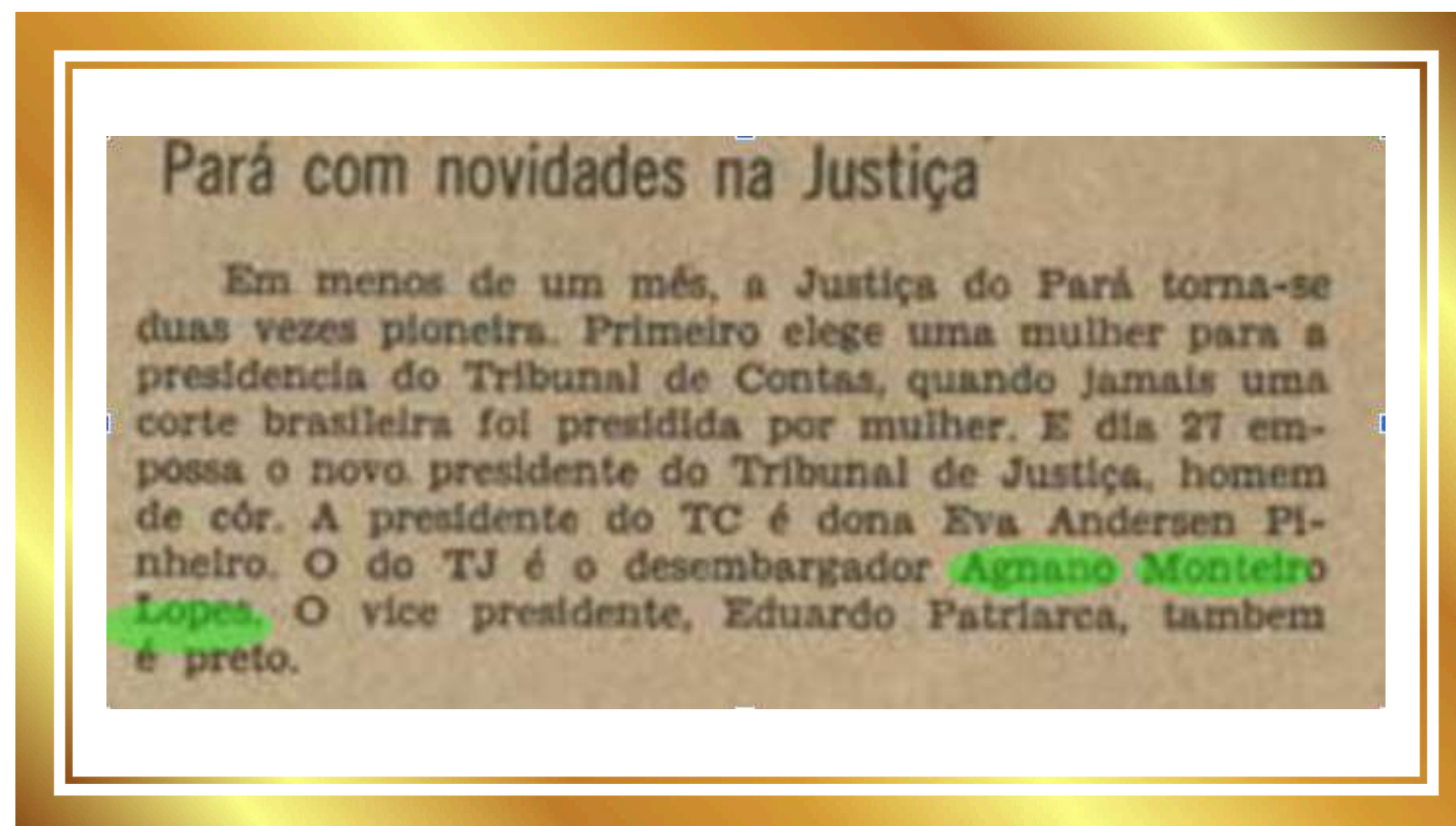
É no ano de 1960 que o Magistrado Agnano Monteiro Lopes é finalmente nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Pará, aos 49 anos de idade e pelo critério de antiguidade.

Após oito anos de seu trabalho como desembargador, Agnano é nomeado Presidente do TJE em 1968, tendo como corregedora geral de justiça a desembargadora Lydia Dias Fernandes. Agnano presidiu a corte até 1975.



PRIMEIRO PRESIDENTE NEGRO DE UM TRIBUNAL ESTADUAL

A posse do des. Agnano Monteiro Lopes como presidente do Tribunal de Justiça do Pará, em 1968, foi amplamente divulgada, incluindo uma reportagem do Jornal Cidade de Santos, em 10 de janeiro de 1968, que destacou o evento e outros feitos pioneiros do estado.



PALÁCIO DA JUSTIÇA (INAUGURAÇÃO)



Foi a primeira sede própria do TJPA, embora ainda tivesse o espaço dividido com o Fórum Cível. Esta importante mudança ocorreu durante a presidência do desembargador Agnano Monteiro Lopes, que esteve presente vistoriando as obras e também no momento de inauguração do local.



Foi a primeira sede própria do TJPA, embora ainda tivesse o espaço dividido com o Fórum Cível. Esta importante mudança ocorreu durante a presidência do desembargador Agnano Monteiro Lopes, que esteve presente vistoriando as obras e também no momento de inauguração do local.

GOVERNADOR DO ESTADO POR 15 VEZES

Como presidente do Tribunal de Justiça do Pará, na ausência do governador do Estado, o desembargador Agnano Monteiro Lopes assumiu tal cargo por 15 vezes.



Desembargador Agnano Monteiro Lopes ao lado de Emílio Garrastazu Médici, presidente da República durante a Ditadura Militar em 1969 a 1974.

O Desembargador AGNANO

A Harmonia Entre Os Dois Poderes

Bacharel em Direito e Juiz Substituto no interior aos 20 anos de idade — 1931

Desembargador aos 49 anos de idade e Presidente do Tribunal de Justiça há 7 anos

Governador do Estado por 15 vezes. Um senador da Justiça. Um Magistrado

MAIS uma vez o PODER JUDICIÁRIO é chamado para dar o seu importante apoio ao PODER EXECUTIVO, numa prova de que este tem que viver em harmonia com aquele, na defesa dos seus direitos, da sua integridade e da sua continuidade. E assim ocorrerá sempre que se faça necessário em defesa da Constituição.

MAIS uma vez o Desembargador AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ocupa as funções de Governador do Estado do Pará. O ilustre Magistrado é uma das honras da Justiça Paranaense, uma das reservas morais de nossa terra, brilhante cultura jurídica.

E por muitos anos o jovem Magistrado AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES viveu pelo interior do Estado do Pará, percorrendo uma miríade de vicissitudes; passando necessidades mas sendo fiel à Justiça, como um verdadeiro sacerdote da Lei. Sofreu, também, as perseguições mas resistiu, como um justo e com dignidade.

E de Juiz Substituto no município de Faro, sua primeira função de Magistrado em 1931, ele continuou no interior do Estado como Promotor Público. Depois, em 1942, se submeteu a concurso e foi ser Juiz de Direito, exercendo a magistratura em vários municípios do interior do Estado. Depois, em 1948, foi nomeado Juiz de Direito em Faro.

Magistrado. Foi no ano de 1960, ele contava com anos de magistratura e 49 anos de idade.

O Desembargador AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES em 1968 foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Foi reeleito nos seguintes de 1969, 70, 71 e 72 e em 1973 reconduzido pelos seus pares para um mandato de 2 anos, a terminar em março de 1975. Portanto, há 7 anos Presidente da Alta Corte de Justiça do Estado, a prova da confiança que merece dos seus pares. Pelo seu o Desembargador AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES assume as funções de Governador do Estado do Pará em Faro.

PRIMEIRO MUSEU JUDICIÁRIO DO BRASIL



O Museu do TJPA foi o primeiro do judiciário brasileiro inaugurado pelo Des. Agnano de Moura Monteiro Lopes. O primeiro livro de registros de visitantes do Museu Judiciário do Pará, em 1971, manifesta o interesse do desembargador em manter o espaço, justificando tal criação como “a preocupação de dar, exatamente, um cunho científico às nossas pesquisas e ao resultado delas - as exposições das peças museológicas”.



Desembargador Agnano Monteiro Lopes presente no Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça e de Alçada no Rio de Janeiro, ocorrido em julho de 1971.

SESQUICENTENÁRIO DA ADESÃO DO PARÁ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL -1973



Desembargador Agnano Monteiro Lopes no Centenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ocorrido em julho de 1974.



Em 1968, o desembargador Agnano de M. Monteiro Lopes ocupava a presidência do Tribunal de Justiça, e a desembargadora Lídia Dias Fernandes foi Corregedora Geral de Justiça, ambos permanecendo no cargo até 1975.



LINHA DO TEMPO

DES. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES



1910

Nascimento em 17 de novembro de 1910 na cidade de Belém - Pará

1931

Formação em Direito, aos 20 anos de idade, pela Universidade Federal do Pará

1932

Nomeação como Promotor Público para atuação no município de Muaná (Ilha do Marajó no Pará)

1933

Nomeação como Promotor Público para atuação na cidade de Marabá - Pará

1939

Aprovação em 1º lugar no concurso para Juiz de Direito do judiciário paraense para atuação em Macapá

1953

Promoção por merecimento ao cargo de Juiz de Direito da capital

1960

Ascensão ao cargo de desembargador do TJPA

1965

Eleito corregedor eleitoral do Tribunal Regional eleitoral

1968

Eleito presidente do TJPA

1977

Aposentadoria por tempo de serviço

1994

Falecimento aos 84 anos de idade

O CASAMENTO E O BISCOITO



Durante sua longa jornada pelos interiores paraenses, Agnano conheceu, em Breves, aquela que viria a ser sua esposa, a senhora Laura Borges, mulher branca, filha de portugueses. A união, no entanto, não foi bem recebida pela família de Laura, que se opôs principalmente por questões raciais. Apesar das dificuldades e da contrariedade de seus familiares, Laura e Agnano decidiram se casar.

Para a festa de casamento, a mãe de Agnano preparou um doce especial para celebrar a união do casal: biscoitos amanteigados, sendo uma parte branca e a outra parte coberta de chocolate, envolvidos em açúcar. Esse doce simbolizava a união e o amor entre eles. Como homenagem ao novo sobrenome que o casal adotaria, o doce passou a ser chamado Monteiro Lopes.

Da união entre Agnano e Laura nasceram três filhos: Carlos Jurandir Monteiro Lopes, jornalista; Rodrigo Otávio Monteiro Lopes, engenheiro mecânico; e Vera Lúcia Monteiro Lopes, também engenheira mecânica.



UMA CURIOSIDADE



O desembargador Agnano Monteiro Lopes está relacionada à sua grande paixão pelo futebol, em especial pelo Clube do Remo. Admirador do esporte, seu vínculo com o clube ia muito além da simples condição de torcedor; ele era sócio-proprietário do Remo, o que refletia seu profundo compromisso e envolvimento direto com o clube.



A trajetória do desembargador Agnano Monteiro Lopes é repleta de momentos admiráveis e inspiradores. Seu trabalho representa não somente uma conquista pessoal, mas também um marco histórico no Judiciário Paraense por se tratar do pioneirismo negro no âmbito judicial, no que diz respeito principalmente à presidência de um Tribunal de Justiça.

REFERÊNCIAS

JUNIOR, Silva. História e mobilidade social negra: A família Monteiro Lopes, 150 anos.

ANPUH-Brasil - 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

Perfil dos Magistrados 8. Belém, 2001.

Pasta Funcional do Magistrado

Vera Lúcia Monteiro Lopes

Hemeroteca Digital